

PROCESSO - A. I. Nº 232185.0022/19-6
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - NOVA AMAZONAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JFJ nº 0005-01/25-VD
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ SERTÃO PRODUTIVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 27/06/2025

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO CJF Nº 0175-12/25-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL FALTA DE RECOLHIMENTO. Demonstrativo de débito retificado para considerar o direito de redução da base de cálculo previsto no Decreto nº 7.799/2000. Corrigido a fórmula de apuração da base de cálculo reduzida. Excluído os valores exigidos abarcados por períodos da decadência do direito da Fazenda Pública em exigir o crédito tributário. Reconhecido que o autuado tributou normalmente as mercadorias nas saídas subsequentes realizadas, remanescendo apenas a exigência de multa, nos termos do § 1º, do art. 42 da Lei nº 7.014/96. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício, interposto pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/99, com vistas ao reexame da Decisão proferida que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração lavrado em 28/06/2019, que acusa o cometimento da seguinte infração:

***Infração 01. – 07.015.01** – Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, para fins de comercialização (2014/2016) - R\$ 1.081.823,75. Multa de 60%.*

Na decisão recorrida (fls. 71/75) inicialmente ressaltou que não constituir em problema o envio das intimações para o advogado estabelecido pelo autuado, nos termos do art. 108 do RPAF/BA.

Da análise do demonstrativo de débito, observo a ocorrência da decadência do direito da Fazenda Pública exigir o crédito tributário neste auto de infração em relação aos fatos geradores anteriores a julho de 2014. De acordo com o Ofício PGE/PROFIS/NCA nº 03/2017, acolhido pelo Gabinete do Procurador Geral do Estado, conforme Parecer GAB LSR 09/2017, devido a reiteradas decisões judiciais, é sugerido que a Administração Fazendária reformule suas rotinas de trabalho, a fim de que a notificação regular do contribuinte acerca do lançamento de ofício se ultime ainda no curso do prazo decadencial e que seja reconhecido, ainda na esfera administrativa, que o lançamento do crédito tributário somente se considere concretizado, para fins de afastamento do cômputo decadencial, quando efetuada a respectiva intimação ao contribuinte.

O autuado declarou a ocorrência do fato jurídico tributário e apurou o montante do imposto supostamente devido. Na presente reclamação de crédito não ficou caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação praticada pelo autuado que justificasse a diferença exigida. Desse modo, com fundamento no § 4º do art. 150 do CTN, conta-se o prazo decadencial a partir da data de ocorrência do fato gerador até a data da ciência do auto de infração pelo autuado.

A intimação do autuado acerca da lavratura do presente auto de infração somente ocorreu no dia 19/07/2019, conforme documento acostado à fl. 03. Desse modo, já havia decaído o direito da Fazenda Pública exigir os créditos tributários referentes ao período de 01/01/2014 a 30/06/2014. Sendo, portanto, excluída deste auto de infração a exigência fiscal desse período.

Indefiro o pedido de remessa dos autos para a PGE para produção de parecer em razão da matéria ser estritamente de direito. O CONSEF, através de suas Juntas e Câmaras, é competente no âmbito administrativo para decidir acerca das lides trazidas para julgamentos que envolvam qualquer matéria relacionada com a legislação tributária. A PGE é responsável pelo exercício da advocacia pública do Estado e dá suporte ao CONSEF com o acompanhamento da jurisprudência produzida pelo Poder Judiciário.

Após diligência requerida por esta junta de julgamento fiscal para retificação do demonstrativo de débito originalmente apresentado, o autuante refez o demonstrativo de débito, destacando que o autuado apenas não tributou nas saídas as operações com preservativos e passe bem. O produto denominado Passe Bem, NCM 3505.1, se constitui em facilitador para passar roupa e estava incluído no regime de substituição tributária até janeiro de 2015 no item 25.9 do Anexo 1 do RICMS. O preservativo também estava incluído no regime de substituição tributária no item 32.6 do Anexo 1 do RICMS. Dessa forma, fica justificado porque o autuado não tributou essas mercadorias nas saídas subsequentes realizadas.

No demonstrativo apresentado pelo autuante em CD à fl. 65 também observei erro na fórmula de cálculo da base de cálculo com a redução prevista no Decreto nº 7.799/00. Foi utilizado o valor da mercadoria multiplicado por 41,176%, cujo resultado foi multiplicado pela alíquota de 17% e diminuído pelo crédito destacado na nota fiscal. Entretanto, como a redução é de 41,176%, o valor da mercadoria deveria ser multiplicado por 58,824% que é o percentual do valor da mercadoria em que recairá a tributação. Além disso, foi mantida indevidamente a exigência fiscal sobre preservativos e passe bem, pois estavam sujeitas ao pagamento do imposto por antecipação total.

O § 1º do art. 42 da Lei nº 7.014/96 estabelece que:

“§ 1º No caso de o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração deixar de recolher o imposto por antecipação, inclusive por antecipação parcial, nas hipóteses regulamentares, mas, comprovadamente, recolher o imposto na operação ou operações de saída posteriores, é dispensada a exigência do tributo que deveria ter sido pago por antecipação, aplicando-se, contudo, a penalidade prevista na alínea “d” do inciso II”;

Assim, como o autuado destacou o imposto nas saídas subsequentes, remanesce apenas a exigência de multa de 60% sobre o valor do imposto devido por antecipação parcial que não foi recolhido pelo autuado, conforme detectado na ação fiscal.

Desta forma, após refazimento do demonstrativo de débito apresentado pelo autuante em CD à fl. 65, para exclusão da exigência fiscal sobre preservativos e passe bem, bem como para retificação da fórmula de apuração da base de cálculo reduzida, o valor da multa a ser exigida do autuado totalizou R\$ 10.100,96, conforme demonstrativo de débito anexado em CD à fl. 71.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do auto de infração, conforme a seguir:

Data Ocorr	Valor da multa	Data Ocorr	Valor da multa	Data Ocorr	Valor da multa
31/07/2014	2,07	31/10/2015	354,29	30/06/2016	367,85
30/11/2014	8,94	30/11/2015	431,69	31/07/2016	404,92
30/04/2015	424,55	31/12/2015	534,6	31/08/2016	438,7
31/05/2015	406,15	31/01/2016	515,4	30/09/2016	440,03
30/06/2015	435,66	29/02/2016	286,09	31/10/2016	789,64
31/07/2015	440,88	31/03/2016	397,91	30/11/2016	885,66
31/08/2015	406,26	30/04/2016	342,71	31/12/2016	883,51
30/09/2015	439,73	31/05/2016	463,72	TOTAL	10.100,96

A 1ª JfF recorreu de ofício da decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/BA.

VOTO

O Auto de Infração acusa falta de recolhimento do ICMS antecipação tributária parcial, referente às aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação, para fins de comercialização.

Conforme demonstrativo de fl. 77, o valor atualizado desonerado na data do julgamento foi reduzido de R\$ 2.588.576,31 para R\$ 23.501,17, valor que supera R\$ 200.000,00 o que justifica a interposição do Recurso de Ofício nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/BA.

Em termos gerais a desoneração procedida no julgamento em primeira instância decorreu:

- i) Acolhimento de decadência de fatos geradores de parte do período fiscalizado;
- ii) Aplicação da redução da base de cálculo prevista no Decreto nº 7.799/2000;
- iii) Correção de erro na apuração do ICMS AP e conversão do imposto em multa.

No que se refere a decadência, observo que o Auto de Infração foi lavrado em 28/06/2019, com ciência ao contribuinte no dia 19/07/2019 (fl. 02), com período fiscalizado de 01/01/2014 a 31/12/2016.

Conforme apreciado na decisão recorrida o estabelecimento autuado declarou a ocorrência do

fato jurídico tributário, apurou o montante do imposto que entendeu devido e não ficando caracterizada ocorrência de dolo, fraude ou simulação, a contagem do prazo deve ser feita a partir da data de ocorrência do fato gerador até a data da ciência do auto de infração, de acordo como o disposto no § 4º, do art. 150 do CTN, entendimento já manifestado pela PGE/PROFIS/NCA nº 03/2017.

Portanto, considero correto o afastamento dos valores exigidos anteriores ao mês de julho/2014.

Quanto a aplicação da redução da base de cálculo prevista no Decreto nº 7.799/2000, constato que o sujeito passivo alegou na impugnação inicial que na apuração dos valores exigidos, não foi considerado a redução da base de cálculo em 41,176%, prevista em Termo de Acordo. O autuante na informação fiscal (fl. 53) reconheceu ter sido celebrado o termo em 03/09/2014. Em atendimento a diligência determinada ple 1ª JF (fl. 60) refez o demonstrativo original (fl. 64) que implicou na redução do débito.

Constato ainda que em razão de erro de emprego de fórmula, a 1ª JF promoveu retificações:

No demonstrativo apresentado pelo autuante em CD à fl. 65 também observei erro na fórmula de cálculo da base de cálculo com a redução prevista no Decreto nº 7.799/00. Foi utilizado o valor da mercadoria multiplicado por 41,176%, cujo resultado foi multiplicado pela alíquota de 17% e diminuído pelo crédito destacado na nota fiscal. Entretanto, como a redução é de 41,176%, o valor da mercadoria deveria ser multiplicado por 58,824% que é o percentual do valor da mercadoria em que recairá a tributação. Além disso, foi mantida indevidamente a exigência fiscal sobre preservativos e passe bem, pois estavam sujeitas ao pagamento do imposto por antecipação total.

Dessa forma, considero correto a retificação promovida no julgamento, tendo em vista a constatação de erro material corrigido de ofício.

Por fim, restando comprovado que o contribuinte apura o ICMS pelo regime normal e deixou de recolher o imposto antecipação parcial, mas, recolheu o imposto na operação ou operações de saída posteriores, considero correta a dispensada da exigência do tributo que deveria ter sido pago por antecipação, aplicando a penalidade prevista na alínea “d”, do inciso II e § 1º, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Mantida a decisão pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, com redução do valor do imposto exigido de R\$ 1.081.823,75 para aplicação de multa no valor de R\$ 10.100,96 conforme demonstrativo de fl. 74.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 232185.0022/19-6, lavrado contra **NOVA AMAZONAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento de multa pecuniária no valor de **R\$ 10.100,96**, prevista na alínea “d”, § 1º, do inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 3.956/81.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 14 de maio de 2025.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

THIAGO ANTON ALBAN - REPR. DA PGE/PROFIS